

ATA N.º 2

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DO 2.º GRAU – CHEFE DA DIVISÃO JURÍDICA E DE FISCALIZAÇÃO

----- Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas, por meios telemáticos, reuniu o júri do procedimento concursal, com vista ao provimento, em comissão de serviço, do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização, cuja abertura foi aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2025, e cuja constituição do júri do procedimento foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 19 de fevereiro de 2026, publicitada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 9461, de 24 de abril de 2026, na Bolsa de Emprego Público em 29 de abril de 2026 e na edição do jornal “Correio da Manhã” de 27 de abril de 2026, a fim de verificar os elementos apresentados pelos candidatos, designadamente a reunião dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos essenciais à admissão e, bem assim, proceder à análise dos currículos dos candidatos admitidos, procedendo à realização do método de seleção “Avaliação Curricular”. -----

----- A reunião foi secretariada pela Primeira Vogal Efetiva, Rute Paula Quintas Sereto Murteira, unanimemente nomeado pelo júri. -----

----- Terminado o prazo de apresentação de candidaturas o Júri constatou terem peticionado a sua admissão ao procedimento concursal os seguintes candidatos: -----

----- a) Marisa Alexandra dos Santos Bento; e, -----

----- b) Rui Jaime Maldonado de Sousa Fernandes. -----

----- De imediato, o júri procedeu à análise dos requisitos de admissão, tendo deliberado, por unanimidade, admitir ao procedimento concursal a candidata Marisa Alexandra dos Santos Bento, por reunir os respetivos requisitos e ter formalizado correta e atempadamente a sua candidatura. -----

----- Mais deliberou, também por unanimidade, excluir o candidato Rui Jaime Maldonado de Sousa Fernandes pelos seguintes fundamentos: não demonstra reunir os requisitos de admissão exigidos pelo artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, nomeadamente não possuir relação jurídica de emprego público constituída por tempo indeterminado. -----

----- De imediato, o júri deu início à ponderação do currículo da candidata admitida, em sede de aplicação do método de seleção “Avaliação Curricular”, tendo por base os critérios definidos na ata n.º 1, datada de trinta e um de março do ano de dois mil e vinte e seis. Nestes termos, e de acordo com as grelhas de ponderação curricular, o júri deliberou, por unanimidade, atribuir a classificação de 15,25 Valores ao

método de seleção “Avaliação Curricular” da candidata Marisa Alexandra dos Santos Bento, de acordo com a aplicação da fórmula $AC = (HA + FP + EP + AD) / 4$, cujos cálculos se apresentam no quadro abaixo:-----

AVALIAÇÃO CURRICULAR (AC)	CLASSIFICAÇÃO/VALORES
HABILITAÇÃO ACADÉMICA (HA)	18 Valores
Licenciatura na área do Direito pré-Bolonha. Licenciatura em Direito concluída em 19/06/2006.	17 Valores
Mestrado em áreas relacionadas com o cargo a prover. Tem Mestrado em Políticas Públicas e Projetos com diploma datado de 31 de janeiro de 2018.	1 Valor
FORMAÇÃO PROFISSIONAL (FP)	13 Valores
≥ 50 e < 100 horas de formação adequadas às atribuições e competências da Divisão. A candidata apresenta um total de 94h e 15 m de formação.	13 Valores
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP)	16 Valores
Superior a 8 anos até 10 anos. A candidata iniciou funções públicas a tempo indeterminado em 18/05/2018.	16 Valores
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (AD)	14 Valores
Ciclo Avaliativo 2019/2020 (Desempenho "Relevante" - 2 pontos)	14 Valores
Ciclo Avaliativo 2021/2022 (Desempenho "Relevante" - 2 pontos)	
Ciclo Avaliativo 2023/2024 (Desempenho "Muito Bom" - 2 pontos)	
Classificação Final (HA + FP + EP + AD) / 4	15,25 Valores

----- Em face da classificação obtida, o júri deliberou, por unanimidade, convocar a candidata para o método de seleção “Entrevista Pública de Seleção”, pelo que a candidata será notificada por ofício registado da data e local da prova, a qual terá lugar no dia 9 de setembro do corrente ano, com início pelas 10 horas e 30 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Reguengos de Monsaraz. -----

----- Dado tratar-se de procedimento concursal urgente e de interesse público, nos termos do n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, não há lugar a audiência prévia dos candidatos excluídos, pelo que o júri deliberou, por unanimidade, proceder à notificação da decisão de exclusão do candidato Rui Jaime Maldonado de Sousa Fernandes. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, pelas nove horas e vinte minutos, da qual é lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, por unanimidade, segue assinada por todos os membros do júri: -----

----- Os membros do júri: -----

----- A Presidente do Júri: -----

(Dina Isabel Martins Campino Fernandes)

(Rute Paula Quintas Sereto Murteira)

----- A Segunda Vogal Efetiva: -----

(Dília Silva Neves Jardim)

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.